

25 de agosto de 2019

Carta aberta sobre os incêndios recentes na Amazônia brasileira

Como uma associação internacional que reúne antropólogas e antropólogos que trabalham com povos indígenas e tradicionais na Amazônia, unimos nossas vozes àqueles no Brasil e em todo o mundo na sua indignação com a quantidade de incêndios que queimam no Norte do Brasil. A fumaça desses incêndios escureceu o céu diurno da maior cidade do Brasil, sacudindo o mundo, ao fazer notar as ameaças existentes aos povos e ecossistemas da maior floresta tropical remanescente do mundo. E, embora os relatórios tenham colocado corretamente a culpa no governo brasileiro por sua resposta imprudente às conflagrações, afirmamos que as declarações públicas do presidente e as propostas de políticas - que tão claramente sinalizam um desprezo racista pelos direitos indígenas - são o verdadeiro combustível que está fazendo eclodir esses incêndios.

A explosão de incêndios não é natural e a conflagração inédita deste ano não é nova. Os povos indígenas gerenciam o fogo de maneira ecologicamente sustentável há milênios. Mas, desde que o Brasil começou a incentivar a colonização agrícola na região durante a década de 1970, a estação seca da Amazônia tem sido aguardada como a “estação de queimada,” época em que os fazendeiros e plantadores de soja derrubaram as florestas, deixar secar e botar o fogo. Dessa forma, mais de 20% da extensão da floresta original foi convertida em pastagem nas últimas décadas. A maior parte dessa expansão agrícola ocorreu por meio de apropriações ilegais de terras, nas quais as elites desmatam, despejam violentamente grupos de camponeses e indígenas, e manipulam o sistema judicial para legitimar suas posses ilícitas. Algumas das maiores empresas do Brasil estão envolvidas neste ciclo, no qual comunidades tradicionais, suas florestas e rios são vítimas de um sistema agrícola em expansão insustentável.

É um sistema no qual o fogo e as manobras políticas são as armas que não-indígenas usam para invadir e roubar territórios indígenas. E, embora esteja em operação há meio século, é um sistema cujos apoiadores e beneficiários finalmente chegaram ao auge do poder no Brasil. Desde que assumiu o cargo no início deste ano, o Presidente Jair Bolsonaro e o bloco parlamentar “ruralista” tentaram abrir terras indígenas para operações de mineração e extração de madeira; cortaram os orçamentos e regulamentos das agências ambientais; apoiaram um conjunto de políticas de “liberdade econômica” para o agronegócio; prometeram que o governo não demarcará “mais um centímetro” de terra indígena no Brasil; e tomaram medidas para tentar desclassificar (roubar) as reservas indígenas existentes. O ataque parlamentar aos povos indígenas e aos ecossistemas amazônicos é vasto, coordenado, e está sendo realizado há décadas. Embora haja sinais de esperança - no mês passado, o Supremo Tribunal Federal rejeitou por unanimidade a tentativa de Bolsonaro de atribuir a supervisão de territórios indígenas ao Ministério da Agricultura -, os ruralistas têm uma série de esquemas prontos na fila. A ideia é agir em favor do “Brasil acima de tudo.” Esse slogan não deixou dúvidas para os fazendeiros e agricultores dos municípios paraenses de Novo Progresso e Altamira, onde em 10 de agosto, milhares de hectares de floresta derrubada foram incendiados. Uma semana depois desse “Dia do Fogo” coordenado (anunciado em um jornal local em 5 de agosto), com as chamas ainda acesas (e a fumaça se instalando em São Paulo), os agricultores locais gritaram nas mídias sociais que os incêndios foram feitos para sinalizar apoio às políticas do presidente, já que Bolsonaro “apoia nós que produzimos.”

Parece que tudo está queimando no Brasil. Em poucos dias será o aniversário do incêndio catastrófico no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no qual peças de arte e manuscritos preciosos, todos testemunhos insubstituíveis da impressionante diversidade cultural e ambiental do Brasil, foram reduzidos a cinzas. Como antropólogos que têm o privilégio de trabalhar com os povos originários da Amazônia, também temos a obrigação de condenar a retórica racista e as políticas genocidas adotadas pelo atual governo brasileiro. Aqueles que colocariam o futuro da Amazônia como uma questão de “produção” vs. terras “vazias e não-utilizadas” estão cometendo erros graves: os direitos humanos dos povos indígenas e o valor inestimável para o ecossistema global que a floresta produz não devem ser sacrificados em nome de “custos de fazer negócios.” Embora aplaudamos os esforços do presidente francês Emmanuel Macron de exigir que Bolsonaro mude de rumo, somos profundamente céticos em relação a eles, dado o poder dos ruralistas no Congresso. Embora a pressão internacional deva continuar - e os cidadãos globais devam priorizar as escolhas de consumo e investimento que preservam a floresta - é o povo brasileiro que vai decidir o destino final dos líderes que colocaram tanto em risco por tanto tempo. Convidamos os cidadãos próximos e distantes a continuar prestando atenção na Amazônia, mesmo depois que as chuvas esfriarem os incêndios este ano. Por que a estação de queimada vem novamente no próximo ano, e no ano seguinte, e assim sucessivamente, até que nenhuma árvore permaneça. Isto é, a menos que todos permaneçam atentos, vigilantes e solidários com os povos indígenas da Amazônia.



Dr. Carlos D. Londoño Sulkin
Presidente da SALSA



Dr. Jeremy M. Campbell
Diretor do Comitê de Ações Públicas